

# Presente do futuro: um cavalo de Tróia destinado à catástrofe ou à revolução

## *Future's present: A Trojan horse towards catastrophe or revolution*

**Resenha do livro** *O Novo Tempo do Mundo e outros estudos  
sobre a era da emergência* - Paulo Arantes. São Paulo: Boitempo, 2014.

**Rubens José da Rocha**

UFSCar, São Carlos, SP,  
Brasil

Doutorando em Filosofia  
pela UFSCar. Mestre em  
Filosofia pela UFOP.  
Bolsista CAPES.  
ens\_rubens@yahoo.  
com.br

### **O Novo Tempo do Mundo**

Na sua mais recente coletânea de ensaios e entrevistas, Paulo Arantes segue de perto o diagnóstico do historiador alemão Reinhart Koselleck sobre o surgimento, nos anos 1970, de uma experiência social marcada pelo declínio dos ideais iluministas. Como já notara Koselleck, de Wolfram Eberhard a Fernand Braudel, a ideia de “world time” ou “temps du monde” sofreu um acréscimo de sentido que revela a incongruência entre a experiência social contemporânea e o horizonte de expectativa sistematizado pela filosofia iluminista no fim do séc. XVIII. Se, em Wolfram Eberhard, a noção de “world time” cumpria a função estritamente metodológica de evitar comparações anacrônicas entre contextos históricos afastados (no caso, a China Medieval e as sociedades modernas), em Fernand Braudel, a expressão “temps du monde” ganha uma carga de sentido conceitual que a torna um aspecto importante da superestrutura, responsável pela absorção, sistematização e impulsão do horizonte de expectativa acumulado por três séculos de expansão burguesa. O conceito braudeliano passa a designar algo como um clima internacional de persuasão, capaz de influenciar escolhas políticas, econômicas e sociais em diferentes contextos históricos, colonizando culturas locais com a redução de sua experiência ao horizonte de expectativa que regula o sistema econômico europeu. O “novo tempo do mundo” seria essa atmosfera de persuasão internacional, na qual o horizonte de expectativa, acumulado durante cinco séculos de expansão burguesa, irrompe pela primeira vez como experiência da escassez de expectativas ou, na definição de Koselleck, como experiência de um horizonte de expectativas decrescentes com relação ao futuro. Esse cenário inaugura uma nova dinâmica do processo histórico, na qual as antigas projeções tornam-se cada vez mais sincronizadas com o presente, caracterizando a experiência contemporânea de urgência como paródia da noção iluminista de crise.

*Ipseitas*, São Carlos, vol. 1,  
n. 1, p. 166-172, jan-jun, 2015

“a essa paródia involuntária da dissimulação iluminista da crise—no entanto igualmente anunciada, seja como Big Bang financeiro, aquecimento global, pandemias, proliferação de Estados párias nuclearizados—a qual não falta o já mencionado Discurso Antipolítico da Sociedade Civil, corresponde

uma verdadeira destemporalização do tempo histórico (...)  
(ARANTES, 2014, p. 60)

Em *O Novo Tempo do Mundo*, primeiro ensaio do livro, Paulo Arantes analisa, sob a perspectiva de Koselleck, alguns dos fatores que contribuíram com a organização do sistema de acumulação econômica nos primórdios da expansão burguesa. Impulsionado pela ascese calvinista, o ciclo de acumulação mercantilista teria inaugurado um sentido de urgência que, de início, funcionaria menos como experiência efetiva da história do que como pressentimento da experiência por vir. A Reforma acelerou o ciclo de acumulação primitiva com a atribuição de um “espírito” ao horizonte de expectativa histórico, que se projetava para o futuro por meio das profecias da vinda do Anticristo e da chegada do fim do mundo. Esse horizonte de presságios difundiu-se com as Grandes Navegações até encontrar seu correlato espacial na Conquista do Novo Mundo, consumando o horizonte escatológico do fim com a experiência efetiva do mundo como uma esfera. A própria ideia de revolução, oferecida por Copérnico e Galileu como visão em perspectiva da *orbis terrarum*, atuaria como horizonte de expectativa de ampliação do ciclo mercantilista. A Reforma, contudo, “menos ‘esclareceu’ esse quadro mental do que lhe imprimiu um sentido imediato de Urgência” (ARANTES, 2014, p. 38). Ou seja, a aceleração do ciclo mercantilista ocorreu sem a elaboração conceitual de um conjunto de regras que norteasse sua marcha histórica. Por isso, a experiência característica do Antigo Regime pôde ser interpretada como comparativamente estática, uma vez que a aceleração temporal ainda se impunha como tarefa divina,<sup>1</sup> mediante a qual nada de essencialmente novo poderia ocorrer.

Afeitos, porém, à visão esférica da *orbis terrarum*, os correli-gionários da revolução seguiram adiante com as profecias do fim do mundo, subvertendo a experiência estática absolutista com a ideia de um futuro aberto em condições de ultrapassar a vida degradada pelo Antigo Regime. A experiência de ultrapassagem do presente pela projeção do futuro veio somar-se às necessidades do sistema de acumulação, inaugurando um processo de aceleração histórica na qual as ideias de autonomia e racionalidade passaram a guiar a ação humana, na tarefa de recuperar ‘o atraso da razão’ com a reunião dos ciclos de acumulação dos três séculos anteriores. Primeiro na Inglaterra, em seguida na França, o efeito combinado da erosão do ciclo mercantilista e a supressão do Estado Absolutista aumentou a competição entre jurisdições rivais, dando início à corrida armamentista

---

1 A diferença entre a aceleração temporal da Reforma e da Revolução é que, em Lutero, a reconciliação da ação humana com a promessa de felicidade se impõe como tarefa divina, enquanto, em Robespierres, o próprio homem será responsável pela introdução da promessa de felicidade no horizonte de expectativa histórico.

que desaguou na Primeira Guerra Mundial. A transposição da marcha industrial para o Novo Mundo consolidou o ciclo de revoluções, produzindo a ideia de Estado-Nação como substrato ideológico do nacionalismo europeu nas colônias. A história passou, desde então, a se orientar segundo uma tendência progressiva, cujo ponto de fuga fez crescer a assimetria entre o Espaço da Experiência e o Horizonte de Expectativas Histórico, escoando pelo séc. XIX afora como progresso contínuo, até o Holocausto e o Congresso de Viena.

### **Holocausto e Zonas de espera**

No ensaio *Sale Boulot*, Paulo Arantes analisa o livro de Christophe Dejours sobre a execução do chamado trabalho sujo nos campos de concentração. A correlação entre o zelo e o trabalho na experiência contemporânea serve de medida para avaliar a zona cinzenta do holocausto, na qual os próprios prisioneiros foram convertidos em funcionários executantes da pena de seus colegas de condenação. Guiado pela lógica de disciplina social que faria escola no Brasil pela composição civil e militar do Golpe de 1964, o zelo na produção de sofrimento como excedente punitivo caracteriza o que Cristophe Dejours denomina “trabalho do mal”. Trabalho que dissemina a matriz punitiva da espera numa escala de progressão que passa pelos maus tratos nas prisões, pela humilhação do trabalho mal remunerado, pelas políticas securitárias de caráter coercitivo e pelo prolongamento indeterminado de guerras funcionais, espalhadas sobre território nacional ou internacional. Assim como a zona de espera que caracteriza a experiência social do trabalho no cenário contemporâneo, o trabalho sujo nos campos de extermínio funciona como laboratório da produção de sofrimentos, injustiças e violência social, “refratário a qualquer identificação de responsabilidade” (AGAMBEN *apud* ARANTES, 2014, p. 107) de seus colaboradores. O mais surpreendente dessa nova ordem de trabalho é a transparência e razoabilidade dos procedimentos de burocratização e institucionalização, com sua capacidade de “coordenar a ação de grande número de indivíduos morais na busca de quaisquer finalidades, inclusive imorais” (BAUMAN *apud* ARANTES, 2014, p. 108). O trauma histórico do holocausto instaurou de vez no horizonte de expectativa do séc. XX o pessimismo inerente à guerra, como o avesso da racionalidade e otimismo iluministas. “Essa zona cinzenta, com contornos mal definidos, que ao mesmo tempo separa e une o campo dos senhores e dos escravos” (PRIMO LEVI *apud* ARANTES, 2014, p. 106) marca a transição traumática do capitalismo liberal para o capitalismo administrado, como horizonte de expectativa do séc. XX.

“Primo Levi teria revelado uma zona cinzenta ainda mais recôndita em que o trabalho e o mal seriam coextensivos, quando mais não seja porque é através da relação do traba-

lho enquanto relação social de desigualdade que nos confrontamos primordialmente com a dominação e a experiência da injustiça” (ARANTES, 2014, p. 110)

O ensaio *Zona de espera* prolonga as análises de *Sale Boulot* sobre o trabalho sujo nos campos de concentração com a análise sobre a nova onda punitiva na sociedade contemporânea, explorada também no ensaio *Alarme de incêndio no gueto francês*. Apoiado nas análises de Loïc Wacquant, Paulo Arantes descreve o sistema punitivo do maior estabelecimento de detenção do mundo, a “Twin Towers Correctional Facility”, situado em pleno coração da cidade de Los Angeles. A nova onda punitiva como horizonte de expectativa vem embalada pela metamorfose do *welfare state* keynesiano, do período pós-guerra, em *workfare state*, tudo isso disciplinado pelo clima administrativo do *warfare state* e do *prisonfare state* que multiplicam, durante a Guerra Fria, a sensação de encarceramento pelo trabalho, com sua conversão numa grande espera por coisa nenhuma. A lógica administrativa do trabalho como zona de espera é posta em prática por diversos dispositivos, sociais ou tecnológicos, que cumprem a função de apaziguar, por meio de um lento e cuidadoso processo de dessubjetivação, o terrorista virtual que habita a “vida besta” dos Leopold Blooms do capitalismo contemporâneo: “Por mais frívolo que possa parecer o apelo presentista atual, seu protagonista é um personagem submerso por obrigações temporais exigíveis à queima-roupa.” (ARANTES, 2014, p. 159)

“Moderação e proporcionalidade? Foi-se o tempo desse conto de Natal dos primeiros reformadores históricos, fraseologia definitivamente arquivada assim que se declarou, na abertura do atual período de acumulação do trabalho dessocializado, um estado de emergência no *front* penal e social, ao qual não corresponde, como explica extensamente Wacquant, nenhuma ruptura na evolução do crime e da delinquência, inaugurando, pelo contrário, um novo paradigma de governo da insegurança social, alimentada pela turbulenta ansiedade gerada pela normalidade do trabalho desclassificado, de resto imposto como uma danação precursora do que virá pela frente em caso de recalcitrância e contumácia”. (ARANTES, 2014, p. 142)

Sob o ponto de vista econômico, a urgência que caracteriza a zona de espera no trabalho constitui o horizonte de expectativa da chamada “sociedade de risco”, com suas “análises de conjuntura” que codificam o futuro, de tal modo que ele passa a ser compreendido como uma série infinita de “margens de risco” que se seguem umas às outras como se já não fosse possível estabelecer a distância entre aquilo que se faz e aquilo a que se aspira, na “substituição da política pela gestão dos destroços do presente” (ARANTES, 2014, p. 91). Assim, o excedente punitivo da espera como horizonte de expectativa

do trabalho ocorre em oposição à “aristocracia da velocidade” do sistema financeiro, cuja lógica de corrida “é a lógica mesma da guerra, através da qual a dominação se exerce por meio do controle do movimento, da supremacia do não lugar sobre o lugar” (ARANTES, 2014, p. 152). Com a Queda do Muro de Berlim, a sensação de espera que se seguiu à onda punitiva militar durante a Guerra Fria instalou-se de vez como experiência permanente de urgência.

### **O Novo Fim de Mundo e sua atualização**

Ao analisar as linhas de força que culminaram nas manifestações de junho de 2013, Paulo Arantes desenvolve, no ensaio *Depois de Junho a paz será total*, a tese do antropólogo James Holston sobre “a insurgência democrática nas periferias urbanas do Brasil”. Segundo Holston, desde os anos 1970, a disputa pelo espaço público nas grandes cidades brasileiras apresenta um antagonismo entre dois regimes de cidadania: a cidadania entrincheirada dos incluídos e a cidadania insurgente dos moradores pobres da periferia. Na interpretação de Paulo Arantes, a cidadania entrincheirada faz pressão sobre a cidadania insurgente de modo a convertê-la em cidadania regulada, ao passo que os insurgentes são pressionados a abandonar antigos valores comunitários, constituídos em torno à autoconstrução de seu espaço de sociabilidade, para se tornarem compradores pacificados desse espaço. A opinião eloquente dos entrincheirados abastece o discurso contrainsurgente das grandes corporações, a tal ponto que a própria noção de democracia participativa, que figura na Constituição de 1988, passa a ser interpretada segundo a lógica dos dispositivos sociais de captura da conduta política do cidadão, com o propósito de subordiná-la a uma estratégia de governabilidade a serviço do grande capital. Daí a recente política de contrainsurgência implementada nas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), nas favelas do Rio de Janeiro, mediante a qual o exercício da cidadania passa a ser entendida como potencial de insurgência a ser pacificada, controlada e direcionada por um conjunto de ações cívicas da polícia militar, com o objetivo de reverter o potencial de insurgência em uma frente empreendedora comum, subordinada à estratégia de governo da cidadania pelo Estado. Difundida à base de doses homeopáticas de choque e pavor, semelhante à estratégia de contrainsurgência empregada na batalha de Argel e adotada pelos Estados Unidos no Afeganistão e no Iraque, a paz armada das UPPs seria uma extensão da guerra, transposta do cenário político internacional para o registro da governabilidade urbana. A diferença é que agora o alvo mudou.

“A racionalidade política que hoje governa o mundo exprime uma outra razão, uma Razão Pacificadora, sendo o seu governo, por isso mesmo, um governo armado, em todos os sentidos, à qual se opõe a Razão Humanitária da vida



social, de Didier Fassin, num cenário de traumatismos e reparações”. (ARANTES, 2014, p. 452)

Em editorial da Folha de São Paulo de 22 de Julho de 2001, “Rebeldia Primitiva”, o discurso entrincheirado encarava os protestos antiglobalização no início do novo milênio como um conjunto de ameaças difusas de grupos rebeldes primitivos, acometidos por afetos negativos de ódio, rancor e ressentimento. Curiosamente, essa desclassificação da cidadania insurgente como rebeldia primitiva atualizava, como lembra o autor, para o novo tempo de expectativas decrescentes, a desclassificação ideológica do proletariado pela burguesia francesa no Levante de Junho de 1848. A diferença é que “para os rebeldes primitivos de hoje o futuro não é mais o que era para os revolucionários históricos” do séc. XIX (ARANTES, 2014, p. 442): o tempo do mundo mudou. Mas se é verdade que o horizonte encurtou e tornou-se mais medíocre de 1964 para cá,<sup>2</sup> as batalhas na disputa pelo pouco espaço que sobra continuam a ser travadas em tempo real. “Junho de 2013” foi o caso emblemático desse novo tempo de crise. A eclosão exponencial do que há alguns anos parecia um conjunto de ameaças difusas mostraram, de maneira abrupta, que a cidadania insurgente ainda era capaz de colocar-se na disputa pela cidade e ameaçar a hegemonia dos entrincheirados. Liderada pelo Movimento Passe Livre (MPL) sob a bandeira da Tarifa Zero, a insurgência de Junho não só compartilhou com as greves gerais de São Paulo, em 1917, e Fortaleza, em 1935, ou a “Revolta do Buzu” de Salvador, em 2003, o gesto libertário de profanação do dispositivo de captura da livre circulação pela cidade, como também colocou em circulação a *utopia real* de uma cidade a serviço de seus cidadãos.

“A tarifa zero parece configurar um ‘antidispositivo híbrido’ porque pode funcionar como política pública de desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que seu limite lógico seria uma cidade fora do limite do capital”  
(ARANTES, 2014, p. 416)

O que antes era interpretado como pequenos atos de violência difusa, sem contorno político definido, tomou cada vez mais corpo, até a implosão do limite entre legalidade e legitimidade, com a depre-

---

2 No ensaio *Um Prólogo*, assistimos à encenação brasileira desse encurtamento do horizonte de expectativa histórico. Em glosa à afirmação do cineasta João Moreira Salles, “o horizonte encurtou, tornou-se mais medíocre” (entrevista concedida à Folha de São Paulo, 13 ago.2007) Paulo Arantes lança mão da pergunta recorrente ao longo do livro: “O que se quer dizer afinal quando se afirma que o horizonte do país encurtou?” (ARANTES, 2014, p. 347). Na argumentação do autor, isso quer dizer que, desde a transição democrática—que se arrasta até os dias atuais e tende a se perpetuar como transição a coisa nenhuma—, a disciplina social implantada pelos militares tem-se mostrado definitiva, como o ilustra a política de pacificação da conduta nas últimas duas décadas, e o que é mais surpreendente, implementada por aqueles que antes eram considerados uma ameaça aos militares.

dação de patrimônio pelos insurgentes e o acirramento do discurso securitário pelos entrincheirados. O entrelaçamento dos dois regimes de cidadania passava então, como de costume no país, a pender para o registro da incivilidade, ampliando a margem de atuação do chamado *estado de exceção*, com a criminalização de direitos assegurados pela Constituição de 1988 e com o processo investigativo de 373 pessoas ligadas às manifestações, tal como o relatou Daniel Biral, do grupo Advogados Ativistas. Em portaria de 19 de dezembro de 2013, o Ministério da Defesa definiu essa onda de ameaças difusas como “força oponente”, incluindo na mesma definição “organizações criminosas, quadrilhas de traficantes de drogas, contrabandistas de armas e munições”, “pessoas, grupos de pessoas ou organizações atuando na forma de segmentos autônomos, ou infiltrados em movimentos, entidades, instituições, organizações [...] provocando ou instigando ações radicais ou violentas”. E no capítulo sobre as “Principais Ameaças”, incluíram “ações contra a realização de pleitos eleitorais, bloqueio de vias públicas, depredação de patrimônio público e privado, distúrbios urbanos (em contraste com a ‘baderna’ no discurso entrincheirado dos jornais e revistas corporativistas), paralisação de serviços críticos e essenciais à população, sabotagem nos locais de grandes eventos, saques, etc. (ARANTES, 2014, p. 448)

Com a análise dos conflitos que culminaram nas manifestações de junho de 2013, Paulo Arantes atualiza, neste último ensaio, a tese sobre o encurtamento do horizonte histórico no cenário internacional, conduzindo o leitor ao embate direto com a experiência que o “novo tempo do mundo” produz, em tempo real, nas ruas. Para finalizar com um tradicional convite à leitura, fiquemos com um adágio que, de algum modo, sintetiza o ensaio:

“Junho foi, antes de tudo, sobre isto: como somos governados, como nos governamos e como agora não queremos mais saber disso”. (ARANTES, 2014, p. 453)

## Bibliografia

ARANTES, Paulo. *O Novo Tempo do Mundo e outros estudos sobre a era da emergência*. Boitempo: São Paulo, 2014. 464 páginas